



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80



EDITAL Nº 25/2016
TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2016

1 – PREÂMBULO

1.1 De ordem do Sr. Prefeito Municipal, **PUBLICAMOS** que junto à Secretaria de Administração - Departamento de Materiais - Seção de Licitações, desta PMB, que encontra-se aberto o processo licitatório na modalidade **TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2016**, tipo **TÉCNICA E PREÇO**, objetivando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA CONSULTIVA PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DIRETOR DE COMBATE A PERDA DE ÁGUA NO SISTEMA DE ABASTECIMENTO PÚBLICO NO MUNICÍPIO DE BIRIGUI – SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS, ÁGUA E ESGOTO**, conforme Cláusula Segunda – do objeto, as normas e condições especificadas, bem como a minuta do contrato anexo, fazendo a mesma, parte integrante deste Edital. Os invólucros nº 01 – Documentação, nº 02 – Proposta Técnica e nº 03 – Proposta Comercial, deverão ser entregues **até às 08h e 30 min. do dia 29/06/2016** na Seção de Licitações, situada na Rua Santos Dumont, nº 28, nesta cidade de Birigui, mediante protocolo a ser expedido.

1.2 A Prefeitura de Birigui aceitará o envio dos envelopes nº 01, nº 02 e nº 03 via correio, desde que sejam entregues até a data e o horário previstos para a protocolização dos envelopes.

1.3 A abertura terá início às 08h e 30 min. do dia 29/06/2016 na Sala de Reuniões da Seção de Licitações, situada na Rua Santos Dumont, nº 28 - Centro – Birigui-SP.

1.4 A licitante, que se fizer representar, deverá credenciar seu representante, outorgando-lhe plenos poderes para decisões junto à Comissão Permanente de Licitações, no decorrer do processo e que se identificará através de Documento oficial de identificação que contenha foto.

1.5 Esta Tomada de Preços, é regida pela Lei Federal nº 8.666/93, atualizada pelas Leis Federais nºs 8.883/94, 9.648/98 e 9.854/99, bem como pela Lei Complementar nº 123/2006, que se processará de acordo com as exigências e condições estabelecidas neste Edital.



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80



1.6 Não poderão participar desta Licitação os servidores desta Prefeitura e as pessoas vinculadas ao Poder Executivo e Legislativo deste Município, inclusive das Administrações Indiretas, bem como os sócios da empresa contratada e integrantes de sua equipe técnica não poderão manter vínculos, na forma do art. 9º da Lei Federal nº 8.666/93, arts. 56 da Lei Orgânica do Município de Birigui e art. 177, XII e XVIII da Lei Municipal nº 3.040/93, com suas alterações.

2 – OBJETO

2.1 – ***CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA CONSULTIVA PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DIRETOR DE COMBATE A PERDA DE ÁGUA NO SISTEMA DE ABASTECIMENTO PÚBLICO NO MUNICÍPIO DE BIRIGUI – SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS, ÁGUA E ESGOTO***, conforme especificações técnicas constantes dos Anexos que passam a fazer parte integrante do presente Edital.

3 – DAS FASES

3.1. A LICITAÇÃO SERÁ REALIZADA EM 03 (TRÊS) FASES ASSIM IDENTIFICADAS:

1ª fase - HABILITAÇÃO (Envelope nº 01)

2ª fase - PROPOSTA TÉCNICA (Envelope nº 02).

3ª fase - PROPOSTA COMERCIAL (Envelope nº 03)

4 – VALOR ORÇADO PELA ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

4.1 – Estima-se para a presente licitação o valor total de **R\$ 148.219,00 (cento e quarenta e oito mil, duzentos e dezenove reais)**, que no termos do Art. 40, inciso X da Lei nº 8.666/93, é fixado como de preço máximo de aceitabilidade da proposta;



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80



4.1.1 A aceitabilidade de preços unitários também fica limitada por aqueles estimados na planilha orçamentária. Precedente: Acórdão 2857/2013 – Plenário do Tribunal de Contas da União.

4.1.2 Será de responsabilidade da contratada o fornecimento de toda mão de obra necessária para execução dos serviços, encargos e equipamentos, inclusive Equipamento de Segurança Individual – EPI de seus funcionários e uniforme, devendo observância obrigatória às Normas de Saúde e Segurança no Trabalho, constantes da Consolidação das Leis do Trabalho, da Portaria nº 3.214/78, do Ministério do Trabalho e de outras disposições relacionadas com a matéria e específicas para o presente objeto;

4.1.3 A licitante vencedora deverá elaborar folha de pagamento específica para o serviço objeto do contrato apresentando relação nominal dos empregados designados para execução dos serviços, com CPF, cargo, valor do salário mensal, carga horária mensal trabalhada, período trabalhado, valor do INSS e do FGTS, Número de Identificação do Trabalhador - NIT, entre outras informações que se fizerem necessárias à verificação do efetivo e tempestivo controle do recolhimento dos encargos trabalhistas e previdenciários (FGTS e INSS);

4.1.4 A licitante vencedora deverá informar mensalmente em SEFIP/GFIP (Sistema Empresa/Guia de recolhimento do FGTS e informações à Previdência Social) as remunerações de todos os empregados envolvidos na execução da obra, de acordo com a legislação e os padrões estabelecidos pela Previdência Social e pela Caixa Econômica Federal, encaminhando cópia à Prefeitura;

4.1.5 A licitante vencedora deverá apresentar à Prefeitura cópia do recibo de remessa da GFIP;

4.1.6 A licitante vencedora deverá apresentar à Prefeitura as guias de INSS e do FGTS comprovando o efetivo recolhimento.

4.1.7 As licitantes deverão apresentar suas propostas em planilha orçamentária conforme Anexo II deste Edital, cuja soma importará no valor global da proposta que definirá o vencedor do certame;

4.1.8 A licitante vencedora deverá ter controle tecnológico conforme normas do DNIT;



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80



4.1.9 A contratada deverá observar obrigatoriamente as normas técnicas de segurança e saúde no trabalho adequadas, conforme os compromissos oriundos do Termo de Ajuste de Conduta nº 97/2014/MPT/PRT 15ª REGIÃO – PROCURADORIA DO TRABALHO NO MUNICÍPIO DE ARAÇATUBA.

4.1.10 Os serviços deverão atender ao solicitado em Memorial Descritivo do presente processo licitatório bem como todos os Anexos que o instruem.

5 – VALIDADE DA PROPOSTA

5.1 A proposta comercial, deverá ser única por proponente, apresentada em uma via e conter os seguintes elementos:

5.1.1 A proposta terá validade não inferior a 60 (sessenta) dias da sua data de abertura, prazo este que ficará suspenso em caso de interposição de recursos, até a publicação do respectivo julgamento. Precedente: RO em MS 15.378, da 1ª T. Do STJ.

5.1.2 Preço: unitário e global, conforme disposto em Cláusula 4ª, ou seja, **em planilha orçamentária**, obedecendo os itens constantes nesta, fornecida pela Prefeitura no Anexo II deste Edital, tendo como critério de aceitabilidade da proposta o preço máximo estimado;

5.1.3 As empresas deverão apresentar **Cronograma Físico-Financeiro** dos serviços, obedecendo o disposto no Anexo II deste Edital.

5.2 Na composição de seu preço, a proponente deverá levar em consideração, todas as obrigações financeiras à seu encargo, bem como despesas com equipamentos, materiais, mão de obra, transportes, ferramentas, energia elétrica, telefone, água, combustível, despesas de escritório e expediente, encargos sociais e trabalhistas e quaisquer outras necessárias e não especificadas.

6 – AQUISIÇÃO DO EDITAL, ESCLARECIMENTOS E/OU IMPUGNAÇÕES

6.1 – O Edital completo e anexos estarão disponíveis no endereço eletrônico: www.birigui.sp.gov.br para consulta e retirada dos licitantes ou diretamente na Diretoria de



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80



Materiais/Seção de Licitações da Prefeitura Municipal de Birigui, respeitando as cláusulas do presente instrumento convocatório.

6.2 – As licitantes poderão solicitar esclarecimentos, por escrito, até a hora aprazada para a venda e fornecimento do Edital, na PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI (24/06/2016), das 08:00 às 11:00 horas e das 13:00 às 16:00 horas, na Rua Santos Dumont, 28, Centro – Birigui -SP ou por fac-símile nº (18) 3643-6139 (endereço a Seção de Licitações).

6.2 - Somente deverão ser consideradas as informações prestadas por escrito pela PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI.

6.3 - No caso de ausência de solicitação pelas licitantes, de esclarecimentos adicionais aos ora fornecidos, pressupõe-se que os elementos constantes deste ato convocatório são suficientemente claros e precisos, não cabendo, portanto, posteriormente, qualquer reclamação.

6.3.1 – Os eventuais pedidos de esclarecimentos e/ou impugnações deverão ser apresentados mediante protocolo junto à Seção de Licitações (Rua Santos Dumont, 28, Centro, Birigui-SP), juntamente com documento de identidade e Contrato Social para demonstração de poderes para o mesmo, até as 16 horas do 3º dia útil anterior a data de abertura dos envelopes;

6.3.2 – Os documentos acima descritos poderão ser encaminhados através de endereço eletrônico para licitacoes@birigui.sp.gov.br;

6.4 – Os interessados em participarem da presente licitação poderão examinar e retirar a Pasta contendo o Instrumento Convocatório e seus Anexos, desde que cumpra os requisitos preliminares de participação sendo que, para cobrir os custos do fornecimento da Pasta, conforme parágrafo quinto do artigo 32 da Lei de Licitações, deve ser pago, junto ao Posto Bancário que funciona no prédio da Prefeitura, sito na Rua Osvaldo Cruz, 146, por meio de Guia de Recolhimento fornecida pela Secretaria de Finanças, o valor de R\$ 30,00, ou gratuitamente através do site www.birigui.sp.gov.br. Os fornecimentos encerrar-se-ão às 16:00 horas do dia 24/06/2016.

7 – RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1 – Referida contratação onerará(ão) a(s) dotação(ões):



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80



7.1.1 nº 02.13.00 – 17.512.0031.1.044/4.4.90.51.00 – Ficha nº 1067 – Secretaria de Serviços Públicos, Água e Esgoto – Centro de Custo 361 – FEHIDRO 129/2015 – Rede de Distribuição e Adutoras – Recursos Próprios.

7.1.2 nº 02.13.00 – 17.512.0031.1.044/4.4.90.51.00 – Ficha nº 1068 – Secretaria de Serviços Públicos, Água e Esgoto – Centro de Custo 361 – FEHIDRO 129/2015 – Rede de Distribuição e Adutoras – Recursos Estaduais.

8 – DA VISITA TÉCNICA:

8.1 As empresas interessadas deverão obrigatoriamente enviar um representante para visita técnica no local dos serviços, em no máximo 03 (três) dias úteis antes da entrega das propostas, ou seja, até o dia **24/06/2.016**, conforme Lei Municipal nº 4.752/2.006, devendo apresentar-se na Secretaria de Serviços Públicos, Água e Esgoto, localizada na Rua Guanabara nº 256, ocasião em que um dos representantes da Prefeitura irá acompanhá-lo e após, expedirá o respectivo atestado de visita técnica.

8.1.1 As visitas poderão ser agendadas através do telefone (18) 3643-6170.

9 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

9.1 - Somente poderão participar desta TOMADA DE PREÇOS, na qualidade de licitantes, empresas previamente cadastradas nesta Prefeitura Municipal, observada a qualificação para fornecimento dos serviços licitados e, cujo certificado de Registro de Cadastro não esteja vencido; empresas não cadastradas e tenham interesse de participar do presente certame, deverão apresentar documentação de acordo com os artigos 27 a 31 da Lei Federal de Licitações com as alterações decorrentes de Leis posteriores, disponibilizados no site www.birigui.sp.gov.br, com pedido escrito à Comissão Permanente para o Registro Cadastral, até o terceiro dia útil anterior à abertura dos envelopes, para obtenção do CRC da Birigui Municipal de Birigui; que não incorram nos impedimentos previstos no art. 9º da Lei Federal nº 8.666/93 e ainda que:



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80



a) Estejam legalmente constituídas e tenham em seu objeto social atividade compatível com o objeto da presente licitação, bem como satisfaçam as exigências deste edital,

b) Não sejam constituídos por servidores da **PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI**, ou ainda seus cônjuges ou companheiros ou parentes até o 3º grau;

c) Não estejam em processo de falência ou concordata;

d) Cumpra as normas relativas à saúde e segurança no trabalho dos seus funcionários nos termos do art. 117, parágrafo único da Constituição do Estado de São Paulo.

9.2 Estarão impedidas de participarem ainda, licitantes que estejam cumprindo penalidade de suspensão temporária para licitar e impedimento de contratar com esta Administração nos termos do inciso III do artigo 87 da lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, bem como:

a) Impedidas de licitar e contratar nos termos do art. 7º da Lei 10.520/02;

b) Impedidas de licitar e contratar nos termos do art. 10º da Lei 9.605/98;

c) Declaradas inidôneas pelo Poder Público e não reabilitadas.

9.3 - Não será admitida a participação de ONG, OSCIP, Cooperativa ou empresas em Consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição.

9.4 – O ato da entrega da proposta pela empresa licitante já caracteriza declaração desta, sob as penas da lei, de que conhece todos os termos do edital e com eles concorda.

9.5 - As microempresas e empresas de pequeno porte, visando ao exercício da preferência prevista na Lei Complementar nº. 123/06 deverão apresentar Declaração de acordo com o modelo estabelecido no Anexo VII deste Edital FORA do Envelope nº. 1 (Habilitação), em caso de esquecimento a Presidente da Comissão Permanente de Licitações deverá autorizar o representante da licitante para providenciar referida declaração, antes do início da sessão.

9.6 – Os documentos exigidos para a obtenção do CRC da Prefeitura Municipal de Birigui deverão ser entregues pessoalmente para os membros da Comissão Permanente de Registro Cadastral, no horário comercial da Prefeitura, ou através de Sedex. Em ambos os casos, o endereço é o seguinte: Rua Santos Dumont, 28, Centro, Birigui/SP, CEP: 16.200-095, telefone (18) – 3643.6125 ou 3643.6126

9.7 – Não serão aceitos registros cadastrais de outros órgãos ou entidades da Administração Pública. Precedente: TC-028080/026/11, do TCE/SP.



10 - PRIMEIRA FASE - ENVELOPE 01 - HABILITAÇÃO

10.1 Como o CRC – Certificado de Regularidade Cadastral não é específico para cada licitação, o Envelope 01-Documents deverá conter além do CRC, os documentos abaixo descritos:

a)- CRC da Prefeitura Municipal de Birigui, em vigor, devendo também uma xerocópia ser anexada na parte externa do mesmo;

b)- Carta, conforme minuta anexa a este edital (**Anexo V**), com indicação de pessoa(s) credenciada(s) a representar(em) a empresa e praticar todo e qualquer ato previsto ou referente ao processo da licitação, inclusive e especialmente desistir do direito de interposição de recurso, bem como para encaminhamento da Documentação de Habilitação, assinada pelo seu representante legal com aposição do carimbo de identificação.

c) Declaração escrita, firmada pelo representante legal da empresa, de que ela se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho, preenchida conforme minuta anexa a este edital (**Anexo IX**).

d) prova da regularidade fiscal de todos os tributos federais, inclusive contribuições previdenciárias, tanto no âmbito da Receita Federal quanto no âmbito da Procuradoria da Fazenda Nacional, emitidas conforme a Portaria MF 358, de 05 de setembro de 2014;

e) prova de regularidade relativa ao FGTS, através de Certificado expedido por sistema próprio da C.E.F. (Caixa Econômica Federal), demonstrando a situação regular da Empresa no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;

f) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.” (NR)

Nota: Para fins de habilitação serão aceitas Certidões Positivas de Débitos com Efeito de Negativa, nos termos do art. 206 da Lei Federal nº 5.172/66 – Código Tributário Nacional, bem como certidões unificadas, emitidas conforme a Portaria MF 358, de 05 de setembro de 2014.

g) Prova de registro ou inscrição junto ao CREA competente, da empresa e de seus responsáveis técnicos em vigor;

h) Comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação, de acordo com o artigo 30, II



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80



da Lei nº 8.666/93, por meio da apresentação de **atestado(s)**, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado(s) no CREA, no qual se indique que a empresa já prestou os serviços semelhantes:

h1) O(s) atestado(s) deverá(ão) estar necessariamente em nome da licitante.

i) Comprovação de que dispõe de profissional de nível superior, detentor de Atestado de Responsabilidade Técnica, estando acompanhado da respectiva CAT (Certidão de Acervo Técnico), expedida pelo CREA da região onde os serviços tenham sido executados. (Súmula 25 do TCESP-Capacidade Técnica-Profissional)

i.1 - A comprovação de vínculo profissional poderá se dar da seguinte forma:

- **no caso de profissional empregado, por meio de Ficha de Registro de Empregado ou cópia autenticada da Carteira de Trabalho e Assistência Social - CTPS;**
- **no caso de profissional proprietário ou sócio da empresa licitante, mediante apresentação do contrato social em vigor;**
- **no caso de sociedade por ações, ato constitutivo em vigor, acompanhado da prova de eleição de seus administradores em exercício;**
- **no caso de profissional autônomo, mediante contrato de prestação de serviços, com cunho de permanência, sem natureza eventual ou precária.**

j) Apresentação de no mínimo 01 (um) atestado de capacidade técnica de execução dos serviços similar ao objeto dos serviços licitado, expedido em nome da empresa licitante por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrado na entidade profissional competente, de acordo com a súmula nº 24 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. (Capacidade Técnica Operacional)

Nota 1: A comprovação da Capacidade Técnica-Profissional e Técnica-Operacional acima descritas poderão se resumir em um único documento, quando expedida em nome do profissional e da empresa licitante;

Nota 2: A comprovação da capacidade técnica-profissional e técnica-operacional, em sendo necessário, poderão ser complementadas através de planilhas orçamentárias, memoriais descritivos e/ou projetos da obra objeto do acervo/atestado.



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80



l) Apresentação do atestado de visita técnica, expedido pela Secretaria de Serviços Públicos, Água e Esgoto, conforme exigência da Cláusula Sexta deste Edital;

m) Apresentação da Carta de Superveniência, conforme previsto no § 2º do art. 32 da Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações, e em conformidade com a cláusula 9 do presente Edital, conforme modelo do anexo VIII deste Instrumento;

n) Prova de patrimônio líquido, admitida atualização nos termos do art. 31, § 3º da Lei Federal 8.666/93, não inferior a R\$ 14.821,90 (quatorze mil, oitocentos e vinte e um reais, e noventa centavos), correspondente à 10% do valor estimado dos serviços;

o) Apresentação de declaração assinada pelo responsável da empresa licitante, atestando que ela não está penalizada na forma do art. 87, III e IV da Lei Federal nº 8.666/93;

Nota 3: Todos os documentos necessários à habilitação, exceto aquele exigido no item 11.1, letra “a”, deverão ser entregues em seu original; por qualquer processo de cópia, desde que autenticada por tabelião de notas, ou por servidores que realizam a licitação; ou ainda através de publicação em órgão da imprensa oficial, conforme autoriza o artigo 32, caput, da Lei 8.666/93.

11 – SEGUNDA FASE

11.1 - PROPOSTA TÉCNICA. *ENVELOPE 02*

11.1.1 - O envelope 02 – PROPOSTA TÉCNICA deverá conter a proposta, redigida em português de forma clara e detalhada, sem emendas ou rasuras, assinada em seu final pelo representante legal da proponente e rubricada nas demais folhas.

11.1.2 - Cada licitante deve apresentar somente uma Proposta Técnica;

11.1.3 - Na proposta técnica, deverá conter os seguintes itens:

11.1.3.1 - Descritivo dos serviços, que permitam analisá-lo em relação às exigências constantes do Anexo III – Critérios de Avaliação.

12 – TERCEIRA FASE

12.1 - DA PROPOSTA DE PREÇOS - *ENVELOPE 03*



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80



12.1.1 - O envelope nº 03 - Proposta Comercial deverá conter a Carta Proposta Comercial, preenchida conforme minuta anexa a este edital (**Anexo IV**) – **CARTA PROPOSTA COMERCIAL**, devidamente assinada por responsável legal da licitante, com sua identificação e cargo, contendo o carimbo com CNPJ e a denominação da empresa, na qual o preço global proposto esteja expresso em algarismo e por extenso, bem como conste a data base do orçamento.

12.2. - Deverão estar consignados na proposta:

12.2.1- A denominação, CNPJ, endereço/CEP, telefone/fax, e-mail do licitante e data;

12.2.2- Preço: unitário e global em algarismos e por extenso, expressos em moeda corrente nacional, sem inclusão de previsão inflacionária, incluindo, além do lucro, todas as despesas resultantes de impostos, taxas, tributos, frete e demais encargos, assim como todas as despesas diretas ou indiretas relacionadas com a integral execução do objeto da presente licitação; obedecendo sempre os itens constantes na planilha orçamentária, fornecida pela Prefeitura e como critério de aceitabilidade da proposta o preço máximo estimado constante da cláusula 4ª respeitando os valores unitários e totais descritos em planilha não sendo aceitos valores acima dos previstos;

12.2.3- Prazo de execução dos serviços é de **06 (seis) meses** contados a partir da data de recebimento pela contratada da **Ordem para Início dos Serviços**;

12.2.4 – As licitantes deverão apresentar o Cronograma Físico-Financeiro da obra;

12.2.5- Prazo de validade da proposta de, no mínimo, **60 (sessenta) dias corridos**, contados a partir da data prevista para abertura dos envelopes proposta, prazo este que ficará suspenso em caso de interposição de recursos, até a publicação do respectivo julgamento. Precedente: RO em MS 15.378, da 1ª T. Do STJ.

12.2.6- **Declaração** de que os preços apresentados contemplam todos os custos diretos e indiretos referentes ao objeto licitado;

12.2.7- **Declaração** de que o objeto ofertado atende todas as especificações exigidas no memorial descritivo.

12.3- A proposta comercial deverá ser entregue em envelope fechado.

13 - DA ABERTURA E AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS.



13.1 - Desde que julgados os recursos eventualmente interpostos, serão abertos os envelopes de Proposta Técnica, cujos conteúdos serão rubricados pela Comissões e pelas licitantes, sendo, na mesma oportunidade, objeto de apreciação por todos os interessados, lavrando-se Ata a respeito;

13.2 - Somente serão abertos os envelopes "Proposta Técnica" – Envelope nº 2 das empresas previamente habilitadas pela Comissão de Licitação, ficando os relativos às propostas técnicas e comerciais das empresas inabilitadas à sua disposição para retirá-los no prazo de 60 (sessenta) dias, findo o qual serão inutilizados, sem quaisquer formalidades.

13.3 – Será aberto prazo de até 03(três) dias úteis para que a Comissão de Avaliação (Portaria 31/2016) proceda à análise da proposta técnica das licitantes, apresentando a pontuação obtida de acordo com os critérios estabelecidos no Anexo III deste Edital.

13.4 - O julgamento da “PROPOSTA TÉCNICA”, para obtenção dos índices técnicos será realizado de acordo com a atribuição de pontos indicados pela Comissão de Avaliação, nomeada pela Portaria 31/2016. Os pontos serão atribuídos conforme constante do **ANEXO III (CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO)**.

13.5 – A pontuação de cada licitante será aferida mediante a soma dos pontos atribuídos pelos membros da Comissão responsável pela Análise da Proposta Técnica.

13.6 – Serão desclassificadas as Propostas Técnicas dos licitantes que atingirem igual ou inferior a 05 (cinco) do critério demonstrado no Anexo XIII – Critérios de Avaliação.

13.7 - Serão desclassificadas as propostas técnicas:

13.7.1 – contiverem emendas, borrões ou rasuras;

13.7.2 – impuserem quaisquer condições não previstas neste edital;

13.7.3 – contenham ressalva em relação às condições impostas neste Edital.

13.8 – Ultrapassada a fase de habilitação dos concorrentes, e abertas as propostas técnicas, não cabe desclassificação por motivos relacionados com a habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento, nos termos do parágrafo 5º, do art. 43 da Lei Federal 8666/93;

13.9 – Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a Administração poderá fixar aos licitantes o prazo de 08 (oito) dias úteis para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas, escoimadas das causas que



determinarem a inabilitação ou a desclassificação, de acordo com o art.48, § 3º da Lei Federal nº 8666/93.

14- DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

14.1 - O julgamento e classificação das propostas serão feitos pela Comissão Permanente de Licitações e Comissão de Avaliação (Portaria 31/2016) respectivamente, de acordo com os critérios estabelecidos na Lei Federal nº. 8.666/93, para a forma “Técnica e Preço”, com a atribuição de pontos às diversas partes da “PROPOSTA TÉCNICA” e à “PROPOSTA DE PREÇOS”, sendo esta correspondente ao valor total nos termos do item 12.1.1 do edital.

14.1.1. A classificação dos proponentes far-se-á de acordo com o critério apresentado pela Secretaria de Serviços Públicos, Água e Esgoto, nos termos do Anexo III do presente instrumento.

14.5 - A presente licitação, para efeitos de julgamento, é do tipo “**Melhor Técnica e Preço**”, e a Comissão de Licitações julgará e classificará as propostas pelo critério de “**Menor Técnica e Preço**”, observada a legislação em vigor.

a) Será classificada em primeiro lugar a empresa habilitada que apresentar o melhor técnica e preços, resguardando o direito privilegiado da microempresa e/ou empresa de pequeno porte de acordo com a Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, repetindo como preço máximo o valor estabelecido neste Edital.

14.6 - Serão desclassificadas as propostas (Art. 40, X - Lei 8.666/93):

a) Que não atendam a todas as exigências do ato convocatório, nos termos do inciso I do art. 48 da Lei de Licitações;

b) Que ofereçam vantagens não previstas no Edital, bem como preços e vantagens baseadas nas ofertas dos demais licitantes;

c) Com valor global superior ao valor orçado pela **PREFEITURA MUNICIPAL DA BIRIGUI/SP** no item 4.1 deste edital ou com preços manifestamente inexequíveis nos termos do inciso II do art. 48 da Lei de Licitações;

d) Consideram-se manifestamente inexequíveis as propostas cujos valores sejam inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores (Art. 48 § 1º da Lei 8.666/93):



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80



d.1) Média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor global orçado pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI**; ou

d.2) Valor global orçado pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI**.

14.7 – A licitante vencedora, cujo valor global da proposta for inferior a 80% (oitenta por cento) do menor valor a que se referem os subitens “d.1” e “d.2”, será exigida, para a assinatura do contrato, prestação de garantia adicional, dentre as modalidades previstas no § 1º do art. 56 da Lei 8.666/93, igual a diferença entre o valor resultante do parágrafo anterior e o valor da correspondente proposta (Art. 48 § 2º da Lei 8.666/93).

14.8 - As propostas serão inicialmente ordenadas em ordem crescente do Valor Global proposto, ou seja, será provisoriamente classificada em primeiro lugar a empresa cuja melhor nota fora obtida na análise do envelope 02 – Proposta Técnica, bem como ter a proposta com menor Valor Global e assim sucessivamente.

14.9 - Havendo empate entre duas ou mais propostas, a classificação será feita, obrigatoriamente, por **sorteio em ato público** para o qual todas as licitantes classificadas serão convocadas (Art. 45 § 2º da Lei 8.666/93 e nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar 123/2006), se este não puder ser realizado na mesma sessão de abertura dos envelopes nº 03 – Proposta Comercial.

14.10 - A Comissão de Licitações dará ciência aos interessados do resultado da habilitação e da classificação, inclusive dos motivos que deram causa a eventuais inabilitações e desclassificações, na própria sessão e, se não presentes todos os representantes das licitantes, por meio de publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

14.11 - Quando todas as licitantes forem inabilitadas ou todas as propostas forem desclassificadas, a Comissão poderá fixar aos licitantes o prazo de **8 (oito) dias úteis** para apresentação de nova documentação ou de outras propostas escoimadas das causas que motivaram a desclassificação, conforme determina o § 3º do Art. 48 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

15 - DO PROCESSAMENTO DA LICITAÇÃO

15.1 - Entrega dos envelopes DOCUMENTAÇÃO; PROPOSTA TÉCNICA e PROPOSTA DE PREÇOS.



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80



15.1.1 – Os envelopes Concernentes aos **ENVELOPE Nº 01 – DOCUMENTAÇÃO; ENVELOPE Nº 02 – PROPOSTA TÉCNICA e ENVELOPE Nº 03 – PROPOSTA COMERCIAL**, respectivamente deverão ser entregues devidamente fechados e indevassáveis, na Diretoria de Materiais/Seção de Licitações da Prefeitura Municipal, que os receberá no local, até a data e hora estabelecida no preâmbulo deste edital;

15.1.2 – Nos envelopes deverão constar, em lugar visível, a titulação de seu conteúdo – **Envelope nº. 01 – DOCUMENTAÇÃO, Envelope nº. 02 – PROPOSTA TÉCNICA, Envelope nº. 03 – PROPOSTA DE PREÇOS**, razão social, CNPJ, endereço da empresa, número da Tomada de Preços, conforme segue:

ENVELOPE Nº 1 - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº __/2016

NOME:

CNPJ:

ENVELOPE Nº 2 - PROPOSTA TÉCNICA

TOMADA DE PREÇOS Nº __/2016

NOME:

CNPJ:

ENVELOPE Nº 3 - PROPOSTA COMERCIAL

TOMADA DE PREÇOS Nº __/2016

NOME:

CNPJ:

16 – DA ABERTURA DOS ENVELOPES



16.1 – A presente Concorrência Pública será processada e julgada de acordo com o procedimento estabelecido pelo art. 43 da Lei Federal 8.666/93.

16.2 – O julgamento da presente licitação será processado pela Comissão Permanente de Licitações e Comissão de Avaliação da Proposta Técnica (Portaria 316/2013), levando em consideração o **lote** disposto no Anexo I deste Edital.

16.3 - No local, hora e dia designados no preâmbulo deste Edital, na presença dos licitantes ou de seus representantes que comparecerem e demais pessoas que desejarem assistir ao ato, a Comissão Permanente de licitações e a Comissão de Avaliação (Portaria 316/2013) darão início aos trabalhos, examinando os envelopes DOCUMENTAÇÃO; PROPOSTA TÉCNICA e PROPOSTA DE PREÇOS, os quais serão rubricados pelos seus membros e licitantes ou seus representantes credenciados, procedendo a seguir à abertura do envelope DOCUMENTAÇÃO.

16.4 - Os documentos contidos nos envelopes nº. 01 - DOCUMENTAÇÃO serão examinados e rubricados pelos membros da Comissão, bem como, pelos proponentes ou seus representantes.

16.4.1 – A falta de assinatura de representante que se retirar do recinto antes do julgamento e do término da ata não invalidará os atos praticados e constantes desse documento.

16.4.2 – Todos os documentos apresentados por qualquer licitante deverão estar rubricados pelo seu representante.

16.4.3 – Em cada uma das fases da licitação, caso a Comissão Permanente de Licitações, a seu exclusivo critério, julgue conveniente, poderá suspender a respectiva reunião, a fim de que tenha melhores condições de analisar os documentos apresentados, para realizar ou determinar a realização de diligências, solicitando ainda, se for o caso, parecer técnico e marcando, oportunamente, nova data e horário em que voltarão a reunir os interessados, para reiniciar os trabalhos até o julgamento da respectiva fase.

16.4.4 – Suspensa a reunião, os membros das Comissões e os representantes presentes, deverão rubricar todos os invólucros lacrados, contendo as propostas da fase seguinte, que ficarão em poder e guarda da Diretoria de Materiais/Seção de Licitações até a reunião de abertura e julgamento da respectiva fase.

16.4.5 – As propostas técnicas e proposta de preços das empresas licitantes, não habilitadas, permanecerão em poder e guarda da Diretoria de Materiais/Seção de Licitações,



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80



com os invólucros devidamente lacrados e rubricados pelos seus membros e pelos representantes presentes, até o final do julgamento de eventuais recursos.

16.4.6– Encerrada a fase de habilitação, não caberá desistência de propostas, salvo hipótese do art. 43, §6º da Lei Federal nº 8.666/93;

16.4.7 – A Comissão Permanente de Licitações verificará a conformidade dos documentos com as exigências deste edital, bem como a compatibilidade com os apontados no instrumento convocatório;

16.5 – Os envelopes PROPOSTA TÉCNICA das proponentes habilitadas serão abertos a seguir, desde que haja renúncia expressa de todos os licitantes à interposição de recursos de que trata o art. 109, da lei de licitações.

16.5.1 – Uma vez abertas as propostas técnicas das licitantes habilitadas, estas serão rubricadas por todos os presentes e enviadas a Comissão Especial de Avaliação Técnica para apreciá-las e julgá-las, dentro do prazo de 03 dias úteis, devendo para tanto exarar Parecer Conclusivo com a devida pontuação de cada licitante e devidas justificativas, ocasião em que a Sessão Pública será suspensa pela Comissão Permanente de Licitações, para aguardar o Parecer da Comissão Técnica;

16.5.2 – O julgamento da Proposta Técnica proferido exclusivamente pela Comissão Técnica designada será devidamente publicado para conhecimento de todos, bem como enviado via e-mail às participantes, para, assim querendo, possam recorrer da decisão no prazo constante no artigo 109, I da Lei Federal nº 8.666/93.

16.5.3 – Transcorrido o prazo de interposição de recurso da fase de julgamento da Proposta Técnica, e tomado todas as providências pertinentes, será designado data para a abertura das PROPOSTAS COMERCIAIS.

16.5.4 – As Propostas de preços serão examinadas e rubricadas pelos membros da Comissão, bem como pelos proponentes e seus representantes presentes na Sessão, para que a Comissão Permanente de Licitações possa julgá-las.

17 - ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

17.1 - A Autoridade Competente fará a adjudicação à primeira classificada.



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80



17.2 – Adjudicado o objeto, após decorrido o prazo de interposição de recurso ou julgado o mesmo, os autos serão submetidos à autoridade competente para deliberação quanto a homologação.

18 - DA PUBLICIDADE DOS ATOS

18.1 – O comunicado de abertura de licitação, bem como o resultado final do presente certame será divulgado através da publicação no Diário Oficial da União, no Diário Oficial do Estado, no jornal de grande circulação regional e no sítio virtual da Prefeitura Municipal de Birigui, endereço: www.birigui.sp.gov.br;

18.2 - Os demais atos pertinentes, como intimações, comunicados e outros relativos à licitação presente, quando necessários serão formalizados através de publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

19 – DA ASSINATURA DO CONTRATO

19.1 - Após a homologação do julgamento, a licitante vencedora será convocada via fac-símile e/ou email para apresentar a caução no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

19.1.1 - Após a apresentação da caução, o contrato será formalizado, e a licitante vencedora será convocada para assinatura do termo contratual no prazo de 02 (dois) dias úteis, com observância das prescrições do art. 64 e seus parágrafos da Lei Federal nº 8.666/93, atualizada pela Lei Federal nº 9.648/98.

19.2 - A não apresentação da caução ou o não comparecimento do representante, sem justificativa da empresa vencedora, para assinatura do contrato, nos prazos do item anterior, será considerado como desistência, o que permitirá a convocação da segunda licitante classificada, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

20 – DA GARANTIA CONTRATUAL

20.1 - Para garantia da execução do contrato, a Prefeitura exigirá, antes da assinatura dele, que a licitante declarada vencedora caucione em favor da Prefeitura a importância correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor global da obra e pelo prazo de vigência do contrato; nos termos do art. 56 § 1º da Lei Federal nº 8.666/93, atualizada pelas Leis Federais nºs 8.883/94, 9.648/98



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80



e 9.854/99, ou seja, a Caucionante poderá optar por uma das seguintes modalidades:

20.1.1 - em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo este ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

20.1.2 - por seguro garantia;

20.1.3 - por fiança bancária.

20.2 - A garantia prestada pela contratada será liberada e restituída após a expiração da vigência do contrato; e, quando em dinheiro será devolvida atualizada monetariamente.

20.3 - Para solicitar a devolução da caução, a contratada deverá protocolar na Seção de Protocolo, na Rua Oswaldo Cruz, 146, Centro, requerimento com a apresentação da 1ª via do recibo.

20.4 - O seguro-garantia deverá conter nas condições especiais a seguinte ressalva: “Para todos os efeitos desta cláusula, não se observa o disposto no item 9.2 das condições gerais (Circular Susep No. 232 de 03 de junho de 2003), tendo em vista o que estabelece o inciso III do art. 80 da Lei No. 8.666/93”.

20.5 - A fiança bancária deverá conter:

20.5.1 - Prazo de validade, que deverá corresponder ao período de vigência do contrato;

20.5.2 - Expressa afirmação do fiador de que, como devedor solidário, fará o pagamento que for devido, independentemente de interpelação judicial, caso o afiançado não cumpra suas obrigações;

20.5.3 - Não poderá constar ressalva quanto à cobertura de multa administrativa, em consonância com o inciso III do artigo 80 da Lei 8666/93.

21 – DAS PENALIDADES E MULTA

21.1 – A licitante vencedora que descumprir alguma das exigências desta Concorrência Pública estará sujeita à aplicação das Sanções Administrativas previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, e descritas na Cláusula 9ª da Minuta do Contrato.

21.2 - O descumprimento de obrigações assumidas em virtude do presente instrumento e futuro contrato sujeitará a licitante vencedora às sanções e procedimentos previstos na legislação



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80



vigente e regulamentados no Decreto Municipal nº 5.385/2.015, cujo teor se encontra disponível no sítio virtual <www.birigui.sp.gov.br>, menu "Legislação", bem como nos Anexos do Edital.

21.3 - Pelo descumprimento das cláusulas do presente instrumento e de exigências formalizadas pelos fiscais e gestores do contrato, acerca da observância de normas técnicas de segurança e saúde no trabalho adequadas, multa de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) a cada constatação, acrescida de multa no importe de R\$ 1.000,00 (um mil reais) por infração às referidas normas, sem prejuízo das demais sanções previstas no art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93, conforme o caso.

21.4 - As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a de outra; as multas previstas têm caráter moratório, conseqüentemente, o seu pagamento não **exime a Contratada** da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

22 – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

22.1 - A **PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI** pagará à licitante vencedora CONTRATADA o valor relativo aos serviços efetivamente realizados, medidos e aprovados mensalmente, vedados quaisquer adiantamentos (Art. 40, XIV “B” - Lei 8.666/93).

22.1.1 – Todos os pagamentos a serem efetuados à CONTRATADA ficam condicionados às liberações efetuadas à **PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI** pela Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FEHIDRO.

22.2 - Para efeito de pagamento, os preços de cada etapa a serem utilizados para medição da **PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI** serão aqueles obtidos pela aplicação do percentual do “valor global orçado” pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI**, multiplicados pelos preços orçados para cada etapa prevista no Cronograma da CONTRATADA.

22.3 – Não serão processadas medições cujo valor seja inferior a 1% (um por cento) do valor total da obra. Nesta hipótese, os valores serão acumulados a medição do mês subsequente até que seja obtido o mínimo de processamento.

22.4 – Os pagamentos serão efetuados pela Prefeitura, através de depósito na conta corrente a ser indicada pela empresa vencedora, em até 30 (trinta) dias, a contar da data de liberação dos



recursos pelo Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FEHIDRO, mediante a apresentação da nota fiscal referente a etapa de execução do objeto (Art. 40, XIV “A” - Lei 8.666/93).

22.5 - Sendo a Nota Fiscal devolvida para correção por parte da CONTRATADA, o prazo para pagamento será contado a partir da data de sua reapresentação.

22.6 - Os pagamentos serão efetuados mediante a apresentação do laudo de medição autorizado pelo órgão fiscalizador, juntamente com as respectivas notas fiscais (em moeda nacional e em conformidade com os dispositivos da OS/INSS nº 203/99).

23 – DO RECEBIMENTO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

23.1 - Durante a execução do objeto contratual, os trabalhos que, a critério da **PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI**, não apresentarem as condições estabelecidas no contrato, serão rejeitados, e caberá à licitante vencedora CONTRATADA todos os ônus e encargos da reparação (Art. 40, XVI - Lei 8.666/93), a qual deverá se efetivar dentro do prazo de **02 (dois) dias úteis** a contar da data do recebimento da notificação realizada pela Administração Pública, através da Secretaria de Serviços Públicos, Água e Esgoto por escrito.

23.2 - Nenhum serviço fora das especificações constantes deste Contrato será executado pela licitante vencedora CONTRATADA, ainda que em caráter extraordinário, salvo com a concordância expressa da Prefeitura, e conforme as condições previstas neste instrumento.

23.3 - O recebimento dos serviços será feito em duas etapas: Recebimento Provisório dos Serviços, Recebimento Definitivo dos Serviços.

23.4 - Recebida pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI** a comunicação da licitante vencedora CONTRATADA de conclusão dos serviços, os fiscais da ADMINISTRAÇÃO, juntamente com os técnicos da licitante vencedora CONTRATADA, no prazo de até 15 dias, vistoriarão os serviços e lavrarão termo de verificação circunstanciado, após o que será emitido o Termo de Recebimento Provisório dos Serviços, desde que sejam constatadas, quando cabíveis, as seguintes condições:

a) plena conformidade da execução com os respectivos projetos, plantas, detalhes e especificações aprovados;

b) aprovação dos serviços realizados



23.5 - Os trabalhos que não apresentem as condições estabelecidas no item anterior, mas cujas desconformidades sejam, a critério dos engenheiros fiscais da ADMINISTRAÇÃO, passíveis de reparação, serão rejeitados no termo de verificação circunstanciada, porém, sem prejuízo da emissão do Termo de Recebimento Provisório com Ressalvas, hipótese em que caberá à licitante vencedora CONTRATADA todos os ônus e encargos da reparação, a qual deverá se efetivar dentro do prazo de **02 (dois) dias úteis** a contar da data do recebimento da notificação realizada pela Administração Pública, através da Secretaria de Serviços Públicos, Água e Esgoto por escrito.

23.6 - No caso de não recebimento provisório, a licitante vencedora CONTRATADA deverá, no prazo fixado pelos engenheiros fiscais no Termo de Verificação Circunstanciada, tomar todas as providências para sanar os problemas ali apontados, e que determinaram o não recebimento, sem prejuízo da aplicação, pela Prefeitura, das penalidades cabíveis.

23.7 - A Prefeitura poderá, em qualquer caso de seu interesse para habitabilidade, e desde que não haja prejuízo dos serviços, aceitar parcialmente os serviços para livre e imediata utilização de quaisquer etapas, partes, serviços, áreas ou instalações, mediante emissão de Termo de Recebimento Parcial Provisório.

23.8 - Decorrido o prazo de até 60 (sessenta) dias de observação dos serviços, contado do recebimento provisório e desde que não haja qualquer pendência, a licitante vencedora CONTRATADA poderá requerer o recebimento definitivo dos serviços.

23.9 - O recebimento definitivo só será concedido quando a obra estiver totalmente concluída, em adequação aos termos contratuais, após vistoria que a comprove, ocasião em que será emitido o Termo de Recebimento Definitivo, sem prejuízo do disposto no artigo 618 do Código Civil Brasileiro.

Nota: A Prefeitura Municipal exercerá a fiscalização dos serviços, através da Secretaria de Serviços Públicos, Água e Esgoto, Engenheiro de Segurança do Trabalho, e Departamento de Recursos Humanos e/ou Secretaria de Finanças, e/ou por meio de empresa contratada, sem reduzir nem excluir a responsabilidade da Contratada.

a) A fiscalização por parte da Secretaria de Serviços Públicos, Água e Esgoto ficará assegurado o direito de:



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80



a.1) exigir o cumprimento integral do Termo de Referência, prazos, especificações, detalhes e também das normas técnicas de execução dos serviços;

a.2) rejeitar todo e qualquer serviço de má qualidade ou não especificado, e estipular o prazo para a sua correção;

a.3) exigir a imediata substituição do técnico, mestre ou qualquer profissional designado para realização dos serviços, que não correspondam técnica ou disciplinarmente às necessidades dos serviços, sem prejuízo do cumprimento das condições contratuais;

a.4) decidir quanto à aceitação do objeto “similar” ou especificado, sempre que ocorra motivo de força maior;

b) A fiscalização por parte do Engenheiro de Segurança do Trabalho ficará assegurado o direito de:

b.1) fazer cumprir as obrigações inerentes ao Termo de Ajuste de Conduta nº 97/2014/MPT/PRT 15ª REGIÃO – PROCURADORIA DO TRABALHO NO MUNICÍPIO DE ARAÇATUBA, exigindo a observância de normas técnicas de segurança e saúde no trabalho adequadas, na forma prevista no art. 67 e seus parágrafos, combinado com art. 12, VI, ambos da Lei Federal nº 8.666/93, sob pena de penalização na forma da cláusula 6ª do instrumento contratual.

c) À fiscalização por parte do Departamento de Recursos Humanos e/ou Secretaria de Finanças ficará assegurado o direito de:

c.1) Acompanhar se os empregados que trabalham na obra correspondem àqueles constantes dos assentamentos da folha de pagamento e se recebem regularmente os salários, fazendo juntar mensalmente às medições termo de acompanhamento;

Nota 2: qualquer comunicação, ordem de serviço, reclamação, imposição de multas, intimação, etc., entre a Contratada e o Setor responsável da Prefeitura, será feita por escrito, devidamente protocolada.

24– DAS OBRIGAÇÕES DA PROPONENTE VENCEDORA

24.1 – Entrega dos serviços, objeto deste Edital, nos locais indicados pela Secretaria Serviços Públicos, Água e Esgoto e de acordo com as especificações e características mínimas exigidas.



24.2 – Substituir os serviços que porventura apresentarem problemas, originados por erro ou defeito de fabricação dos mesmos.

24.3 – Fornecer à Prefeitura Municipal os dados técnicos que esta achar de interesse e todos os elementos e informações necessários, quando solicitada.

24.4 – É de responsabilidade da licitante vencedora todos os encargos e tributos e outros que porventura existirem, que incidirem sobre o objeto desta licitação eximindo esta Prefeitura de quaisquer ônus.

25 – DOS RECURSOS

25.1 – Durante o procedimento licitatório, somente serão admitidos os recursos previstos na Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações posteriores, na forma, prazos e com os efeitos ali estabelecidos.

25.2 – Os reexames dos recursos serão dirigidos ao senhor Prefeito Municipal, por intermédio da Comissão Julgadora, na forma do Artigo 109 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

25.3 – Os recursos deverão ser apresentados por escrito e protocolados na Diretoria de Materiais/Seção de Licitações, dentro do prazo legal, no horário compreendido das 08h às 11h e das 13h30 às 16h dos dias de expediente, por representante legalmente constituído e identificado.

26 – DISPOSIÇÕES GERAIS

26.1 - Os licitantes devem ter pleno conhecimento das especificações do objeto, quantitativos e os demais elementos constantes do Edital, bem como de todas as condições gerais de peculiaridades devendo os licitantes levantar possíveis discrepâncias ocorridas, não podendo invocar, posteriormente, qualquer desconhecimento quanto aos mesmos.

26.2 – A simples participação das licitantes, caracterizada pela apresentação das propostas, implicará na sujeição das mesmas a todas as exigências e condições estabelecidas neste instrumento convocatório.

26.3 – A CONTRATADA ficará responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, transporte e outros decorrentes dos compromissos assumidos com a municipalidade



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80



26.4 - Os pedidos de esclarecimentos em relação ao presente edital e seus anexos, deverão ser apresentados por escrito, por meio de fax ou de preferência encaminhados tempestivamente junto à Diretoria de Materiais/Seção de Licitações, Rua Santos Dumont, 28, Centro, nesta cidade.

26.5 – Toda alteração contratual deverá ser previamente aprovada pela autoridade competente e compromissada por meio de termo de aditamento numerado em ordem crescente.

26.6 – É facultada à comissão de julgamento ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar obrigatoriamente da proposta.

26.7 - A aceitação da proposta vencedora obrigará seu proponente à execução integral do objeto da Concorrência Pública, pelo prazo e condições oferecidas, não cabendo direito a qualquer ressarcimento por despesas decorrentes de custos e/ou serviços cotados.

26.8 - Esta licitação poderá ser anulada se ocorrer ilegalidade em seu processamento ou julgamento, e revogada, a juízo exclusivo da CONTRATANTE, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar o ato, nos termos do art. 49 da Lei nº. 8883/94, alterada pelas Leis nº.8883/94 e 9648/98.

26.9 Faz parte integrante deste edital:

26.9.1 ANEXO I – Minuta Contratual;

26.9.2 ANEXO II – Especificação Técnica;

26.9.3 ANEXO III – Critérios de Avaliação;

26.9.4 ANEXO IV – Modelo de Carta de Proposta Comercial;

26.9.5 ANEXO V – Modelo Carta de Credenciamento;

26.9.6 Anexo VI – Modelo de Recibo de Retirada de Edital;

26.9.7 Anexo VII – Modelo de Declaração Microempresa/Empresa de Pequeno Porte;

26.9.8 Anexo VIII – Modelo de Carta de Superveniência;

26.9.9 Anexo IX – Modelo Declaração de conformidade (artigo 87, III e IV da Lei nº 8.666/93);

26.9.10 Anexo X – Termo de Ajuste e Conduta nº 97/2014/MPT/PRT 15ª REGIÃO – PROCURADORIA DO TRABALHO NO MUNICÍPIO DE ARAÇATUBA;



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80



26.9.11 Anexo XI – Médias de Dias de Precipitação;

26.9.12 Anexo XII – Decreto Municipal nº 5.385-2015 - Penalidades contratuais;

26.9.13 Anexo XIII – Termo de Ciência e Notificação.

26.10 Birigui, 25 de maio de 2016.

Andréia Cristina Possetti Melo
Chefe Substituta da Seção de Licitações

Bernadete Ferrette Fávero Zen
Diretora do Deptº de Materiais

Miguel Ribeiro
Secretário de Serviços Públicos, Água e Esgoto

Marcos Albano
Secretário Adjunto de Serviços Públicos, Água e Esgoto

= D E A C O R D O =

Pedro Felício Estrada Bernabé,
Prefeito Municipal